

CONSIDERAÇÕES SOBRE SEMIÓTICA PRAGMÁTICA: CONTRAPONTO COM A TEORIZAÇÃO LINGUÍSTICA

CONSIDERATIONS ABOUT PRAGMATIC SEMIOTICS: COUNTERPOINTS WITH LINGUISTIC THEORIZING

Débora Liberato Arruda Hissa
Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, Ceará, Brasil

Valdinar Custódio Filho
Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, Ceará, Brasil

Resumo: Neste artigo, temos como objetivo discutir os princípios da Semiótica pragmática com vistas a traçar um paralelo entre essa teoria e o aparato pragmático considerado pela Linguística – particularmente, aquele que, em seus diferentes matizes, orienta as disciplinas da Enunciação. Refletimos sobre a natureza pragmática da Semiótica proposta por Charles Sanders Peirce, confrontando-a com os princípios orientadores de algumas disciplinas linguísticas. Destacamos o aspecto principal da teoria peirciana – a natureza triádica do signo – para, a partir daí, identificarmos qual o escopo do termo “pragmático” em tal proposta. Mostramos como essa vertente pode ser aplicada ao estudo das diferentes semioses, a partir das matrizes do pensamento e da linguagem (SANTAELLA, 2005). Finalmente, destacamos as diferenças fundamentais entre a Linguística e a Semiótica, no que tange ao caráter pragmático, salientando que a manutenção desse caráter tal como se configura na Linguística demanda especificidades não consideradas no tratamento proposto pela Semiótica. Assumindo que a natureza multifocal do objeto de estudo dos “linguistas dos usos” – os sentidos – reclama um tratamento interdisciplinar, defendemos, que informar-se sobre como outras áreas do saber tratam dos processos de significação a partir de um recorte pragmático é necessário para aprimorar os instrumentos e métodos em Linguística.

Palavras-chave: Pragmática; Semiótica; Signo; Interação; Contexto

Abstract: In this article, we intend to discuss the principles of pragmatic semiotics and, by doing so, we wish to make a connection with this theory and the pragmatic apparatus considered by linguistics, specially the area of linguistics which guide the theoretical fields covered by enunciation. We reflect about the pragmatic nature of Peirce’s semiotics, confronting it with pragmatic principles presented in some linguistic theories. We detached the main aspect of Peirce’s theory – the triadic nature of the semiotic sign – in order to identify which is the scope of the term “pragmatic” in such view. Furthermore, we show how this theory supports the study of different semiotic modes, considering Santaella’s work (2005) about the matrixes of thought and language. Finally, we point the fundamental differences between linguistics and semiotics, concerning the pragmatic approach, and we

in relation to the treatment proposed by semiotics. By assuming that the complex nature of the scientific object of the “linguists of usages” – the meanings – asks for an interdisciplinary approach, we defend, that getting information about how other theoretical fields deal with processes of building meaning through a pragmatic scope is necessary to improve the instruments and methods of linguistic investigation.

Keywords: Pragmatics; Semiotics; Sign; Interaction; Context

INTRODUÇÃO

Muitos são os olhares a respeito da constituição linguística dos sentidos, do que surgem diferentes propostas de investigação. Interessa-nos destacar, dentro da Linguística, o tratamento escolhido pelos que se incluem no grande paradigma da Enunciação. *Grosso modo*, pode-se dizer que as diferentes áreas abrigadas sob essa vertente partem do pressuposto de que a linguagem, ou, melhor dizendo, a produção de sentidos pela linguagem, deve ser investigada nos/pelos usos efetivos que os sujeitos fazem dela. Tem-se, portanto, que a orientação pragmática (mas não apenas ela) fundamenta boa parte das perspectivas que estudam a significação no campo da linguagem.

A investigação com orientação para os usos não é privilégio dos estudos linguísticos, de modo que, por exemplo, tanto a Filosofia quanto a Semiótica também têm suas “versões” pragmáticas. Isso quer dizer que outras áreas do conhecimento também preocupadas com a produção e compreensão dos sentidos apresentam uma proposta de entendimento do aparato pragmático. Neste artigo, temos como objetivo discutir os princípios da Semiótica pragmática com vistas a traçar um paralelo entre essa teoria e o aparato pragmático considerado pela Linguística – particularmente, aquele que, em seus diferentes matizes, orienta as disciplinas da Enunciação.

Consideramos que a natureza multifocal do objeto de estudo dos “linguistas dos usos” – os sentidos – reclama um tratamento interdisciplinar, a fim de que seja possível analisar as múltiplas facetas que se nos apresentam quando das investigações. Defendemos, portanto, que informar-se sobre como outras áreas do saber tratam dos processos de significação a partir de um recorte pragmático é, além de meramente ilustrativo, altamente necessário para aprimorar os instrumentos e métodos em nossa área.

Nesse sentido, uma reflexão crítica sobre a Semiótica periana é bastante salutar. Em primeiro lugar, porque essa é uma proposta nomeadamente pragmática; então, procurar os pontos em comum com a pragmática da linguagem verbal pode revelar-se de alguma utilidade. Em segundo lugar, porque vem ganhando destaque, em muitas perspectivas calcadas na Enunciação, a investigação dos textos multimodais. Uma vez que o estudo das múltiplas semioses tem sido frequente na Linguística, um movimento bastante natural é o de procurar auxílio na Semiótica, já que essa ciência estuda os signos de forma geral (e não apenas o signo verbal). Reconhecer as contribuições e as limitações dessa proposta pode fornecer instrumentos úteis à análise da configuração dos sentidos decorrentes da confluência intersemiótica.

Para dar conta dessa empreitada, nossa reflexão é dividida em quatro partes. Na primeira, apresentamos a concepção de signo proposta pela Semiótica pragmática de Peirce (1995), enfatizando sua natureza triádica. Na segunda, delimitamos o sentido de “pragmático” em tal proposta, assinalando o tributo que Peirce paga ao experimentalismo. Na terceira, descrevemos uma proposta de aplicação mais atual da teoria periana: as matrizes da linguagem e do pensamento de Santaella (2005). Na última, refletimos sobre a pertinência de um possível diálogo entre Linguística e Semiótica à luz da constituição pragmática dos sentidos; destacamos que as diferenças entre as duas propostas precisam ser seriamente consideradas a fim de que o linguista possa estabelecer um método coerente de investigação.

O SIGNO SEMIÓTICO DE PEIRCE: UMA ENTIDADE CONSTITUTIVAMENTE TRIÁDICA

Um dos principais objetivos de Peirce (1995¹) é a reformulação dos princípios de análise filosófica. Em seus textos, percebe-se a voz de um filósofo (ou, como ele diz, de “um interessado nos métodos do pensamento” – (Peirce, 1995, p. 284)) bastante descontente com os procedimentos da maior parte dos seus colegas quanto ao desvendamento dos processos de produção do conhecimento. Para ele, faltava à Filosofia de sua época um rigor metodológico que orientasse de forma mais segura a busca para o que interessava: a verdade.

Para Peirce, duas perguntas centrais são: “como se dá a apresentação e compreensão do mundo pelo ser humano? Como a multiplicidade e diversidade infinitas do universo sensível são convertidas em realidades inteligidas?” (*em SANTAELLA, 2005, p. 14-15*). Sua preocupação, portanto, é a produção e compreensão de sentidos, para o que o autor propõe um método investigativo baseado na análise profunda dos processos de representação. Vê-se, assim, que o papel dos signos – elemento constitutivo de todo processo de mediação – é fundamental na teoria peirciana.

O signo é, para Peirce, uma entidade constitutivamente triádica, pois “as ideias de um, dois e três são-nos impostas pela lógica, e realmente não podem ser postas de lado. Deparamo-nos com elas não de vez em quando, mas, sim, a todo momento” (1995, p. 13). Isso implica que todas as experiências passíveis de serem vividas pelos humanos se estabelecem a partir de três elementos formais e universais: *qualidade, relação e representação* (PEIRCE, 1995, p. 10-11). Esses três elementos fundamentais perpassam toda a conceituação da Semiótica peirciana, numa trama bastante complexa que demonstra a interpenetração entre eles nos mais variados níveis, como veremos adiante.

Expliquemos, antes, o que abrangeria cada um desses três elementos universais. Para tanto, lançaremos mão, além do texto de Peirce, da apresentação de suas reflexões por Santaella (2005). No âmbito da qualidade (ou primeiridade, ou mônada), encontra-se a sensação primeira, o contato inicial irrefletido (ou pouco refletido ou refletido sobre algo pouco “palpável”), ou até mesmo aquilo que existe antes desse contato; fazem parte dessa instância as noções de “acaso, indeterminação, vagueza, indefinição, possibilidade, originalidade irresponsável e livre, espontaneidade [...]” (PEIRCE *em* SANTAELLA, 2005, p. 36).

No âmbito da relação (ou secundidade ou díada), encontra-se o contato com o mundo, o ver e perceber as “coisas”; fazem parte dessa instância as noções de “polaridade, negação, matéria, realidade, [...], ação-reação, [...] aqui e agora, [...] efeito, ocorrência, fato, vividez [...]” (PEIRCE *em* SANTAELLA, 2005, p. 36).

No âmbito da representação (ou terciridade ou tríade), encontra-se o refletir sobre, a convencionalização geradora de “leis”; fazem parte dessa instância as noções de “generalidade, continuidade, crescimento, mediação, [...], inteligência, lei, regularidade, aprendizagem [...]” (PEIRCE *em* SANTAELLA, 2005, p. 36).

Cada um dos níveis, portanto, representa processos atinentes às experiências humanas, em dimensões, como vemos, diferentes. Por serem universais, os elementos são não excludentes, podendo, por isso, apresentar diversas relações de interpenetração e de gradação. Segundo Santaella e Nöth (2008, p. 142), a negligência à ideia de interpenetração gera, por parte de alguns estudiosos, certa incompreensão acerca da proposta, desembocando na tentativa de considerá-la em termos de oposições. Os autores comentam que a semiótica de

¹ Os trabalhos de Peirce citados neste artigo consistem em alguns artigos de *The collected papers of Charles Sanders Peirce*, publicados entre 1931 e 1938. Trata-se da reunião de escritos do autor que datam do final do século XIX e início do século XX.

Peirce

não somente substitui o pensamento diádico ou binário do estruturalismo por um pensamento triádico, mas também substitui um pensamento em oposições e estruturas que se excluem reciprocamente por um pensamento de acordo com o qual as categorias descritivas devem ser entendidas como aspectos dos fenômenos, os quais podem estar presentes ao mesmo tempo em diferentes graus (SANTAELLA;NÖTH, 2008, p. 142).

Para os semioticistas seguidores de Peirce, não procede analisar os signos para dividi-los em signos da qualidade, da relação e da representação, já que as três instâncias podem (e na maior parte dos casos é isso que realmente acontece) se presentificar àquele que interpreta. Esse é um raciocínio bastante caro, e fundamental, dentro da Semiótica pragmática, o qual orienta todo o desenrolar da reflexão e determina as categorias observáveis.

Há grande recursividade do sistema ternário nas definições da Semiótica peirciana, de modo que as divisões se dão em três grupos, e dentro desses três grupos há outras divisões triádicas que garantem graus distintos de primeiridade, secundidade e terceiridade às categorias e aos fenômenos. Vejamos um exemplo.

A proposta fala de três pontos de vista a partir dos quais as categorias da experiência podem ser estudadas: o ponto de vista da Qualidade (atrelado à primeiridade), o ponto de vista dos Objetos (atrelado à secundidade) e o ponto de vista da Mente (atrelado à terceiridade). Cada ponto de vista, por sua vez, apresenta categorias de três ordens, de modo que, por exemplo, no ponto de vista das Qualidades, há uma primeiridade propriamente dita (a qualidade “pura”), uma primeiridade “relacional” (por isso, ligada à secundidade) e uma primeiridade “representacional” (por isso, ligada à terceiridade).

A qualidade pura diz respeito ao “ser da possibilidade qualitativa positiva” (SANTAELLA, 2005, p. 35); como exemplo, a autora menciona “a mera possibilidade da qualidade em si mesma da vermelhidão, sem relação com nenhuma outra coisa, antes que qualquer coisa no mundo seja vermelha” (2005, p. 35).

Como exemplo de primeiridade relacional, Santaella (2005, p. 35) cita “qualquer ocorrência no seu aqui e agora, no seu puro acontecer, o fato em si desconsiderando-se qualquer causalidade ou lei que o possa determinar, como, por exemplo, uma pedra que rola na montanha”. Por se tratar de um fato, o exemplo entra no rol da secundidade; mas esse fato por si, em não havendo observação e reflexão acerca de seu acontecimento, garante o caráter de primeiridade.

A primeiridade representacional refere-se ao “ser de uma lei que irá governar fatos no futuro”, ou seja, “qualquer princípio geral ordenador e regulador que rege a ocorrência de um evento real, como, por exemplo, a lei da gravidade governando a queda da pedra que rola na montanha” (SANTAELLA, 2005, p. 35). Por se tratar de uma lei, encontramos aqui a terceiridade; contudo, como o “cumprimento” dessa lei, por si, independe da reflexão sobre os fatos com o objetivo de propor uma generalização, o aspecto mais importante, no caso, é a primeiridade.

A mesma subdivisão do ponto de vista da Qualidade pode ser feita para o ponto de vista dos Objetos e o da Mente, ou seja, pode haver primeiridade e terceiridade no ponto de vista dos Objetos, bem como pode haver primeiridade e secundidade no ponto de vista da Mente. Não interessa, aqui, descrevê-los exhaustivamente. A descrição feita até o momento pretende, apenas, mostrar a configuração da proposta peirciana, para que entendamos como se manifestam as inter-relações entre os elementos garantidores das experiências humanas. Isso é importante, no final das contas, para compreendermos a natureza triádica do signo.

Os três elementos universais são responsáveis pela configuração das três instâncias

do signo: ícone (para a primeiridade), índice (para a secundidade) e símbolo (para a terceiridade). A rigor, o signo, como elemento constitutivo da mediação, faz parte do trabalho intelectual dos sujeitos na sua busca pelos sentidos. Logo, o signo está arraigado à terceiridade – a dimensão do operar cognitivamente. Se assim o é, por que, então, considerar que pode haver signos que são ícones e signos que são índices, aspectos da primeiridade e da secundidade?

A resposta a essa pergunta já está insinuada na descrição anterior sobre as interpenetrações de diferentes gradações dos elementos fundamentais das experiências humanas. Sobre isso, façamos duas observações.

1) de um lado, temos que um símbolo apresenta traços de indicialidade e iconicidade, pois, como afirma Peirce (1995, p. 16-17), a terceiridade (o plano da reflexão consciente em busca da inteligibilidade) engloba uma primeiridade (uma reflexão “involuntária” de apreensão do imediato) e uma secundidade (uma reflexão de busca por semelhanças e diferenças do que se nos mostra); melhor dizendo, “sem o ícone, o símbolo seria impotente para significar e, sem o índice, perderia seu poder de referência” (SANTAELLA;NÖTH, 2008, p. 65).;

2) de outro lado, “Apesar de os signos pertencerem à categoria da terceiridade, [...] os aspectos da primeiridade e da secundidade podem, em certos casos, predominar, de maneiras distintas, nos signos” (SANTAELLA;NÖTH, 2008, p. 143).

A primeira observação nos leva a considerar que os símbolos (convenções organizadas coletivamente) são usados para que se reconheçam os objetos presentes no mundo e para que se manifestem as qualidades desse objeto. O signo “balão” só é realmente um símbolo porque é capaz de denotar (no caso da teoria, referir) objetos específicos que apresentam certas qualidades. Logo, as leis convencionais que organizam a mediação têm como funções, entre outras, a possibilidade de denotar (secundidade) e a de embutir uma qualificação (primeiridade) sobre o que está sendo convencionalizado.

A segunda observação nos faz atinar para o reconhecimento de que, em algumas mediações, a reflexão generalizante que organiza as convenções (terceiridade) pode não ser o elemento mais importante na caracterização do signo, já que, como diz Santaella (2005, p. 192), “para funcionar como signo, algo não precisa ser inerentemente triádico”. Como exemplo de um signo predominantemente diádico (indicial), a autora menciona um caco de cerâmica a indicar um objeto quebrado de que esse caco é parte, “funcionando como signo tão logo alguém encontre esse fragmento de um todo” (SANTAELLA, 2005, p. 192). Como exemplo de signo predominantemente monádico (icônico), ela cita a cor amarela, se esta “produzir uma mera qualidade de sentimento da mente do intérprete” (SANTAELLA, 2005, p. 192).

Logo, os aspectos da qualidade, da relação e da representação estão presentes nos signos, podendo ser combinados de maneiras diversas. É a partir dessas combinações que se dá a miríade de possibilidades semióticas. Nas palavras de Santaella (2005, p. 192),

os diferenciados graus de semioses que aparecem nas diferentes classes de signos funcionam como ferramentas analíticas para o exame dos mais variados graus e tipos de representação que vão desde as representações mais próximas da tríada genuína [relações de convenção altamente abstratas] até à presentificação incerta e vaga que se dá no ícone puro [relações de sensação altamente imprecisas].

No recorte que fizemos para o que foi apresentado até aqui, não se explicitou, a rigor, a natureza pragmática do signo peirciano. Contudo, a instância da terceiridade, regida sob a

noção de que há uma reflexão consciente sobre os objetos, pressupõe uma ação dos sujeitos. Esse agir, na proposta de Peirce, tem uma motivação pragmática (ou pragmaticista). Cuidemos, agora, de esclarecer o que vem a ser o pragmaticismo semiótico.

O PRAGMATICISMO SEMIÓTICO: A VERDADE A PARTIR DOS PROPÓSITOS DA EXPERIÊNCIA

Peirce reconhece que o processo da significação se dá mediante a relação entre o objeto e o interpretante via signo. O interpretante implica todo o processo mental de tratamento do objeto. Não é, pois, o intérprete; o sujeito é apenas parte de um processo maior, em que se incluem, também, a própria inclinação humana para dar sentido ao que se lhe apresenta e as potencialidades significativas oferecidas pelos objetos.

Tanto o objeto quanto o interpretante apresentam mais de uma faceta. O objeto é encarado como imediato e dinâmico, e o interpretante é encarado como imediato, dinâmico e final. Fiquemos, aqui, com a distinção entre o imediato e o dinâmico. No plano do imediato, está aquilo que é “interno” ao processo. No caso do objeto, o componente imediato é aquilo para o que é preciso propor uma significação: uma “coisa”, inserida, “de modo direto ou indireto, no universo físico interagindo com outros existentes” (SANTAELLA, 2005, p. 45); pode ser

uma coisa singular existente e conhecida ou que se acredita tenha anteriormente existido ou que se espera venha a existir, ou um conjunto de tais coisas, ou uma qualidade, relação ou fato conhecidos [...] ou algo de uma natureza geral desejado, exigido, ou invariavelmente encontrado em certas circunstâncias gerais (PEIRCE, 1995, p. 48).

No caso do interpretante, o componente imediato diz respeito àquilo “que o signo está apto a produzir como efeito. Estar apto significa um potencial ainda não utilizado do signo, isto é, antes que o signo tenha encontrado um intérprete” (SANTAELLA, 2005, p. 47). Como Peirce diz que, para o pragmatismo, é “a conduta o interpretante imediato de todo pensamento adequado” (1995, p. 179), consideramos que todo objeto tem a potencialidade de significar para que, dessa significação, decorra uma “ação” daquele que interpreta. Ou seja, o interpretante imediato é a predisposição para se propor uma significação, que determina uma conduta.

No plano dinâmico, está aquilo que é externo ao signo. No caso do objeto, trata-se de “Todo o contexto dinâmico particular, a ‘realidade’ que circunda o signo” (SANTAELLA, 2005, p. 45). Temos, então, que o signo de um objeto se estabelece a partir da relação que tal objeto manifesta com o que o circunda.

No caso do interpretante, o componente dinâmico contempla “o efeito concreto que o signo, enquanto signo, realmente determina” (2005, p. 177). Trata-se, a nosso ver, do sentido propriamente dito. É, como diz Santaella (2005, p. 47-48), um produto variável, tanto porque uma mente interpretadora pode produzir efeitos diferentes para um mesmo signo, quanto porque intérpretes diferentes podem encontrar, em um signo, efeitos diferentes.

Vejamos um exemplo. Pensemos num estetoscópio. O objeto imediato é a coisa em si, o próprio estetoscópio, a qual, pelo mero fato de existir, reclama um sentido. O interpretante imediato é a condição de produzir um sentido sobre essa coisa o qual determine a sua função. Essa função é dependente do objeto dinâmico – o contexto em que a coisa se insere. A partir dos diferentes contextos, propõem-se diferentes sentidos – eis, então, o interpretante dinâmico. Num ambiente médico – um consultório, por exemplo –, o estetoscópio é interpretado como um entre outros aparelhos usados pelo médico para examinar o paciente. Num outro contexto, como numa festa a fantasia, a coisa passa a ter

outra significação – a de adereço caracterizador de uma fantasia. Se utilizado por uma criança em uma brincadeira, a coisa passa a ser um brinquedo.

Temos, então, nas faces imediata e dinâmica do processo de significação, a gênese pragmática da Semiótica periana. Ao mencionar que a conduta é o interpretante imediato do pensamento adequado, Peirce informa que o processo de significação se concretiza com vistas a que seja realizado um propósito. Trata-se, portanto, de um fenômeno “instrumental”, daí o autor afirmar que “O traço mais notável da nova teoria é o reconhecimento de uma conexão inseparável entre a cognição racional e o propósito racional” (1995, p. 284-285).

Além da orientação para o agir – característica pragmática por excelência –, a teoria garante, com a explicitação da faceta dinâmica, a multiplicidade de sentidos (efeitos) por que pode passar um signo, já que, no processo de significação, são relevantes tanto o contexto em que o objeto se encontra quanto as especificidades dos intérpretes. Por isso é que “Cognição alguma e signo algum são absolutamente precisos [...]. As indefinições decorrem de saber o que é o objeto do signo [...] e o que é o interpretante do signo [...]” (1995, p. 182).

Esse é o pensamento que sustenta as bases pragmáticas da Semiótica periana. Como um fenômeno em que se entrecruzam o imediato e o dinâmico, a produção/compreensão dos signos se reveste de uma multiplicidade prática que, segundo Peirce, não havia sido explicada (ou mesmo considerada) de forma coerente por seus antecessores. Resumem a crença que constitui o pragmatismo as seguintes palavras do autor:

*A fim de determinar o significado de uma concepção intelectual, dever-se-ia considerar quais **consequências práticas** poderiam conceivelmente resultar, necessariamente, da verdade dessa concepção; e **a soma destas consequências** constituirá todo o significado da concepção* (1995, p. 195, itálicos do autor, negritos nossos).

Ainda é necessário um comentário específico sobre o trecho “todo o significado da concepção”, que está relacionado à formação experimentalista de Peirce. Para tanto, iniciemos com uma reflexão sobre qual seria o possível lugar de Peirce no conjunto das três grandes correntes que orientaram os estudos filosóficos clássicos: o sofismo, o realismo e o mentalismo (MARTINS, 2005). Um pragmatismo tal como o anunciado pode levar a crer que há uma correspondência entre as ideias de Peirce e os princípios sofistas. Em sua superficialidade, a ideia periana de que um signo pode gerar mais de um efeito guarda certa aproximação com o relativismo sofista: é impossível “estabelecerem-se verdades universalmente válidas, autônomas com relação às circunstâncias concretas, contingentes e variáveis da experiência humana” (MARTINS, 2005, p. 450).

Contudo, trata-se de dois tipos diferentes de pragmatismo (como ainda detalharemos na quarta seção deste artigo), pois, na verdade, não há, na matriz profunda da teoria de Peirce, lugar para o relativismo. Mais correto que aproximar Peirce dos sofistas é mostrar a fundamental diferença, em relação aos mentalistas-realistas, que o autor propõe para a busca da verdade. O filósofo, de um lado, rejeita tanto o realismo de Platão quanto o mentalismo de Aristóteles porque não concebe a verdade como uma propriedade intrínseca das coisas (falar nisso implicaria uma negação da importância do signo). Contudo, isso não quer dizer que ele não considere que há uma verdade a ser descoberta. Essa busca deve ser efetivada com base num paradigma experimentalista.

Peirce se caracteriza como alguém que “morou num laboratório desde a idade de seis anos até bem depois da maturidade” (1995, p. 284). Essa história de vida foi mais que suficiente para ele conhecer a fundo as características do método experimental, aceitando os procedimentos desse paradigma como os mais “lúcidos” para se chegar à compreensão de qualquer conceito. O significado, portanto, é resultado da experiência, e o procedimento para encontrá-lo compreende as mesmas etapas do experimento em laboratório: observação (do

objeto), compreensão dos resultados (sobre o objeto) e busca de aplicação em que caiba tal compreensão.

Esse é, para Peirce, um processo tão poderoso que, em seu estado mais depurado, independe das vontades individuais dos intérpretes. Assim é que

o significado último de todo signo consiste, predominantemente, ou numa ideia de sentimento ou numa ideia de atuar e ser atuado. Todas essas ideias se originam da experiência da volição e da experiência da percepção dos fenômenos, que **resiste a esforços diretos da vontade para anulá-los ou modificá-los** (PEIRCE, 1995, p. 194, grifo nosso).

A busca pelos sentidos é, portanto, um processo evolutivo e ininterrupto de percepção do objeto a ser significado. A conclusão de tal processo é o que Peirce chama de interpretante final: a última etapa no estágio de evolução, que garante a apreensão completa do signo. Pode-se dizer, assim, que a proposta semiótica periana baseia-se na crença de que: 1) a experiência com os objetos promove a mediação sígnica constante; e 2) com o aumento de interpretantes a incidirem sobre um objeto, a percepção dos resultados tem uma tal força atrativa que acaba por desembocar, independentemente dos caprichos dos intérpretes, no significado “totalmente preenchido”. O procedimento pode ser simplificado tal como nos diz Peirce (1995, p. 284): “Se se puder definir acuradamente todos os fenômenos experimentais concebíveis que a afirmação ou negação de um conceito poderia implicar, ter-se-á uma definição completa do conceito, e nele não há absolutamente nada mais”.

Eis, portanto, onde se encontra a verdade: não numa qualidade essencial das coisas, mas no reconhecimento dos efeitos (sentidos) – utilitários – decorrentes de todas as mediações sobre um objeto. É a partir desse conjunto de interpretantes que se percebe o “sumo” do signo, um processo que se garante pela aceitação tácita de que “a generalidade é um ingrediente indispensável da realidade, pois a simples existência individual ou concretude sem qualquer regularidade é uma nulidade” (PEIRCE, 1995, p. 296). Há, pois, no interpretante, uma “força” a favor da regularidade, a garantir que, um dia, o significado pleno de todas as coisas será alcançado.

Temos, então, uma proposta pragmática que enfatiza a importância da experiência (compreendida como um experimento) para que se responda a “Como a multiplicidade e diversidade infinitas do universo sensível são convertidas em realidades inteligidas” (PEIRCE em SANTAELLA, 2005, p. 14-15). O tributo que Peirce paga à força do experimento, para nós, afasta-o, consideravelmente, das tendências mais relativistas. Por isso é que nos causa estranheza, por exemplo, atribuir – como faz Pinto (2001, p. 53), em um capítulo sobre Pragmática inserido numa obra de introdução à Linguística – uma inspiração periana à tese do filósofo William James de que a verdade é “o que é melhor para nós acreditarmos”. A nosso ver, mais fiel aos ensinamentos de Peirce é a reflexão da semiótica Lúcia Santaella (2005), que reconhece na natureza triádica do signo a chave para descrever as significações possibilitadas pelas diferentes semioses. Passemos, então, à consideração do trabalho dessa autora.

AS MATRIZES DA LINGUAGEM E DO PENSAMENTO: A LÓGICA PERIANA E A MULTISSEMIOSE

Com a descrição das três matrizes da linguagem e do pensamento, Santaella (2005) tem como objetivo fornecer uma proposta de compreensão dos processos de significação que parta de considerações mais consistentes do que as normalmente feitas na sua área específica de atuação – a Comunicação Social. Segundo a autora, um problema das teorias da

Comunicação é a ênfase no veículo em detrimento da mensagem:

A primeira coisa que se deixa de perceber, como uma espécie de ponto cego da retina, quando o olhar obsediante se fixa apenas nas mídias, são as linguagens, os processos sógnicos que muito justamente são transportados e transitam pela mídia.

[...] Ora, o veículo, meio ou mídia de comunicação é o meio mais superficial, no sentido de ser aquele que primeiro aparece no processo comunicativo. Não obstante sua relevância para o estudo desse processo, veículos são meros canais, tecnologias que estariam esvaziadas de sentido não fossem as mensagens que neles se configuram (SANTAELLA, 2005, p. 380).

Santaella exemplifica esse equívoco mencionando a organização dos currículos dos cursos de Comunicação, divididos por veículos – jornal, cinema, rádio e televisão – ou por serviços – relações públicas, turismo etc. Esse viés superficial pode levar à perda do que é primordial na prática da comunicação: a linguagem. A fim de recuperar essa dimensão, a autora se manifesta (2005, p. 28):

É mais do que tempo, portanto, de superarmos as visões atomizadas das linguagens, códigos e canais, baseadas apenas nos modos de aparição das mensagens, para buscarmos um tratamento mais econômico e integrador que nos permita compreender como os signos se formam e como as linguagens e os meios se combinam e se misturam.

A proposta integradora de Santaella (2005) parte da Semiótica peirciana e aproveita a sua configuração triádica. Sua tese principal (2005, p. 20) é a de que “há apenas três matrizes de linguagem e pensamento a partir das quais se originam todos os tipos de linguagem e processos sógnicos que os seres humanos, ao longo de toda a sua história, foram capazes de produzir”. Logo, “a multiplicidade variegada das linguagens é gerada a partir de combinações e misturas entre as três matrizes que estão na base dessa multiplicidade” (2005, p. 21).

Essas três matrizes comunicacionais – o som, a imagem e o verbo – estão associadas, respectivamente, às três instâncias da experiência humana – primeiridade, secundidade e terceiridade. O som, como possibilidade sugestiva, está calcado na primeiridade. A imagem, como presentificação, se alicerça na secundidade. O verbo, como convenção, funda-se na terceiridade.

O trabalho de Santaella busca, primeiro, uma determinação do tipo de realização mais pura com que uma matriz pode se manifestar, para, em seguida, reconhecer as mesclas entre as matrizes. Por exemplo, para a matriz visual, a autora considera como protótipo a imagem fixa – pintura, diagrama, fotografia etc. As formas visuais em movimento – como se vê no cinema, vídeo, TV e computação gráfica – são linguagens híbridas entre o sonoro, o visual e o verbal, cujo entendimento pressupõe o reconhecimento das características básicas de cada matriz.

Além disso, a pesquisadora, mantendo a ideia de que há interpenetrações e gradações diferentes do caráter semiótico, estabelece as diferentes manifestações comunicativas dentro de cada matriz. Assim é que cada uma delas apresenta uma gradação que vai das formas mais imprecisas e sugestivas, passando pelas formas mais perceptíveis, até chegar às formas mais convencionalizadas.

Nos próximos parágrafos, destacamos, a título de exemplificação, as características da matriz visual. Descrivê-la implica, em primeiro lugar, admitir sua natureza essencialmente indicial (secundidade), representada prototipicamente pela imagem fixa e, em segundo lugar,

propor, para as imagens fixas, uma classificação a qual

tenha seu núcleo nas formas indiciais genuínas para espaiar-se, de um lado, em formas que vão, cada vez mais, aproximando-se do ícone, [...] enquanto, de outro lado, a classificação vai, cada vez mais, aproximando-se das formas representativas em que a convencionalidade se acentua nas várias modalidades do simbólico (SANTAELLA, 2005, p. 199).

Assim é que as imagens fixas são classificadas em formas não representativas (icônicas), formas figurativas (indiciais) e formas representativas (simbólicas).

As formas não representativas “dizem respeito à redução da declaração visual a elementos puros: tons, cores manchas, brilhos, contornos, [...] texturas, massas, proporção, dimensão, volume etc.” (SANTAELLA, 2005, p. 210). Devido ao seu alto poder de sugestão, essas formas são consideradas icônicas. As imagens, chamadas normalmente, no universo da arte, de abstratas, não têm a pretensão de representar um objeto denotável, como se pode perceber a partir do exemplo (1).

(1)

Figura 1: (KADINSKY. Sketch for composition IV.)



Fonte: (SANTAELLA, 2005, p. 212.)

As formas figurativas são as que “transpõem para o plano bidimensional ou criam no espaço tridimensional réplicas de objetos preexistentes e, o mais das vezes, visíveis no mundo real” (SANTAELLA, 2005, p. 227). Essas são as formas indiciais por excelência, cujo protótipo é a fotografia², como o exemplo a seguir.

² Isso não quer dizer que apenas as fotografias sejam figurativas (veja-se o caso das pinturas realistas, por exemplo) nem que as fotografias sejam apenas indiciais; como bem observa Santaella (2005, p. 236), fotografias artísticas podem ter alto grau sugestivo (o que as aproxima do ícone) e fotografias científicas ou fotografias de propaganda “podem caminhar na direção da generalidade própria do signo”.

(2)

Figura 2: (NÖTH, Wilfred. *Feira de São Joaquim*, Salvador, Bahia, setembro de 1999)



Fonte: (Santaella, 2005, p. 232.)

As formas representativas (ou simbólicas) “são aquelas que, mesmo quando reproduzem a aparência das coisas visíveis, essa aparência é utilizada apenas como meio para representar algo que não está visualmente acessível e que, via de regra, tem um caráter abstrato e geral” (SANTAELLA, 2005, p. 246). Em virtude do seu caráter convencional, o significado de uma forma representativa “só pode ser interpretado com a ajuda do código de convenções culturais” (2005, p. 246). Santaella dá como exemplo de forma representativa o quadro a seguir.

(3)

Figura 3: (VAN EYCK, Jan. *O casamento de Giovanni Arnolfini e Giovanna Cenami*.)



Fonte: (SANTAELLA, 2005, p. 247.)

A autora comenta que a “leitura” desse quadro ultrapassa o reconhecimento (ou a suposição) de que se trata de uma cena do mundo. Woodford (em SANTAELLA, 2005)

descreve os elementos da cena em suas relações com convenções culturais da época. Por exemplo, a vela acesa no candelabro não tem a função de iluminar o cômodo, visto que, pela claridade que vem da janela, somos informados de que a sala é iluminada pela luz do dia; a luz da vela representa (simboliza) Jesus Cristo, aquele que tudo vê e que está presente para abençoar o lar em que se consumará a união do casal. Essa é, obviamente, uma leitura simbólica da imagem.

Partindo dessas três grandes categorias das formas visuais, Santaella (2005) propõe subdivisões triádicas dentro de cada uma delas, de modo que detalha ainda mais o caráter heterogêneo dos signos. Em uma subcategoria como, por exemplo, “a qualidade como lei: a invariância”, temos o aspecto básico de qualquer figura, que é o índice; como essa categoria é subordinada às formas não representativas, ele apresenta traços icônicos; além disso, por estabelecer alguma regularidade de formas abstratas, contém algo de simbólico.

Ao final, para a descrição da matriz visual, o quadro apresenta três grandes categorias, cada uma apresentando três subcategorias, que, por sua vez, se desdobram, cada uma, em outras três “subsubcategorias”, as quais não exemplificaremos aqui. O resultado final de toda essa subdivisão são 27 possibilidades de manifestação dos signos visuais puros. Como o som e o verbo, cada um, também possuem suas 27 modalidades puras, temos, ao todo, 81 manifestações sígnicas, passíveis de serem mescladas entre si. Para Santaella (2005), essa multiplicidade de configuração dos signos é o que garante a miríade de formas de comunicação.

Após apresentar cada uma das suas matrizes, Santaella sugere um cartograma das linguagens híbridas, cujas intenções são: 1) localizar manifestações concretas da linguagem quanto a sua natureza sígnica; 2) propor um panorama geral de entrecruzamentos que podem ser explorados mais profundamente por outros pesquisadores. Seu cartograma contempla as linguagens sonoro-verbais, sonoro-visuais, visual-sonoras, visual-verbais, verbo-sonoras, verbo-visuais e verbo-visual-sonoras. As linguagens híbridas apresentam relações de subordinação entre as matrizes que a configuram; em cada um dos subtipos mencionados, o primeiro elemento do adjetivo composto subordina o(s) elemento(s) seguinte(s).

Eis, então, as possibilidades de estudo das múltiplas semioses sob a perspectiva semiótica de tendência peirciana. De um lado, é possível estudar as formas enquanto signos “puros”, ou seja, objetos da alçada do som, da imagem ou do verbo que não se mesclam a outras formas de linguagem; de outro, a proposta permite que se analise o papel dos signos em manifestações híbridas de linguagem, observando as relações de subordinação geradas entre as semioses. Em todo o caso, o que está em tela é o estudo da produção dos sentidos por meio do reconhecimento da natureza multifacetada dos signos.

A abordagem proposta por Santaella apresenta um quadro classificatório abrangente e bem discriminado, com uma coerência interna que pode, sem exageros, ser considerada exemplar. Se assim o é, seria esperado que essa proposta pudesse fornecer subsídios “robustos” para auxiliar a Linguística na investigação dos processos de significação, não apenas no que diz respeito ao texto exclusivamente verbal, mas também no que tange ao encontro do verbal com as outras semioses (principalmente, no estágio atual das pesquisas, com imagem). Vejamos, então, na próxima seção, as possibilidades de diálogo entre a semiótica pragmática e a linguística pragmática.

SEMIÓTICA PRAGMÁTICA E LINGUÍSTICA PRAGMÁTICA: UM DIÁLOGO PRODUTIVO?

A Semiótica peirciana e a Linguística pragmática abrigam, até certo ponto, perguntas comuns. A mais fundamental de todas é: “como os sentidos são produzidos?”.

Enquanto a Língua, durante a maior parte de sua trajetória, investigou o papel da semiose verbal na produção dos sentidos, a Semiótica preocupou-se com o papel das diferentes semioses em tal produção. Se a diferença de abrangência fosse a única entre as duas correntes, então a Língua, ao se voltar para a investigação de outras semioses que não a verbal, poderia tomar de empréstimo o instrumental investigativo da Semiótica. Contudo, a nosso ver, esse não parece ser o caminho mais produtivo. Há distinções fundamentais entre os postulados das duas propostas, o que provoca um distanciamento maior que o desejado.

Há, de fato, pontos comuns entre os dois paradigmas. A orientação para o uso é um deles. Outro seria a condição convencional do signo; Peirce menciona que essa convenção resulta do consenso social, o que guarda semelhança com o destaque que o entorno sociocultural tem na Pragmática linguística. Quais são, então, as diferenças? Se ambas têm como pressuposto a noção de que os processos intelectivos de significação têm uma base cultural, nada mais coerente que aproximar as duas propostas.

Parece-nos que as semelhanças entre as propostas são mais superficiais que profundas. Num plano mais aprofundado, tem-se que o pragmático de cada área diverge consideravelmente. O pragmatismo de Peirce é orientado para a evolução da significação até que se chegue ao conhecimento da “verdade” sobre um objeto. Ou seja, a participação dos sujeitos tem por objetivo final reconhecer as diferentes “aplicações” de um objeto a fim de que se chegue a uma suposta compreensão total das representações sobre tal objeto. A representação é soberana, ficando os sujeitos que representam relegados a segundo plano.

É por isso que, ao descrever suas matrizes da linguagem e do pensamento, Santaella (2005), mais de uma vez, explicita que sua proposta busca reconhecer as “características internas” de cada semiose, que se opõem àquilo que pertenceria à alçada da recepção. Por exemplo, a autora informa que a matriz sonora foi a última a ser efetivamente estudada e descrita; ao explicar que o procedimento de caracterização deveria seguir o mesmo utilizado na descrição das outras matrizes (a verbal e a visual), ela afirma (2005, p. 23):

A classificação que tinha em mira deveria tomar como objeto a própria linguagem sonora e não o seu receptor. As classificações já realizadas do verbal e do visual não se reportavam a processos de recepção, mas a processos relativos a essas linguagens em si mesmas, quer dizer, nas suas características internas. [...] Embora classificações concernentes à recepção dessas linguagens possam, certamente, existir, não era esse tipo de classificação que me interessava.

Em outro momento, ao tratar da matriz visual, a pesquisadora diz que o exame das formas visuais é limitado “às condições objetivas dessas formas (relação signo-objeto), sem entrar na problemática da recepção, isto é, das interpretações efetivas” (2005, p. 209). Tal possibilidade de investigar os processos sóicos independentemente da situação de comunicação em que os sujeitos propõem suas interpretações só pode ser levada a cabo se se acreditar que “o signo, qualquer signo ou linguagem, tem um grau de objetividade que lhe é próprio e independe, até certo ponto, da existência de um sujeito percebido” (SANTAELLA;NÖTH, 2008, p. 89).

As matrizes da linguagem, portanto, são revestidas de uma imanência que possibilita, segundo Santaella, o seu estudo independentemente dos interlocutores. Isso implica um viés pragmático bastante diverso do que se vê nos estudos pragmáticos linguísticos. Com Levinson (1983), temos que a Pragmática linguística tem por função maior investigar as relações, pertinentes para a produção e compreensão dos sentidos, entre os sujeitos, os textos e os contextos. Para isso, fatores como a identidade dos participantes, os parâmetros espaço-temporais do evento de comunicação, as crenças, conhecimentos e intenções dos participantes não são incidentais; são, na verdade, determinantes.

Isso implica que, nessa dimensão da pragmática, não cabe aos sujeitos apenas

reconhecer o contexto a que se aplica um propósito racional. Os sujeitos mesmos criam o contexto. Essa postura teórica, a nosso ver, válida a primazia da interação (que engloba tudo o que chamamos de contexto de produção) na configuração dos sentidos. A título de ilustração, traçamos uma breve análise do exemplo a seguir, referente ao trecho de uma conversa entre este pesquisador (P) e seu filho de sete anos (F).

(4)

F: Pai, o G. [um colega da escola] tem o DVD do Batman Cavaleiro das Trevas.

P: O jogo, né?

F: Não, o filme.

P: É porque tem pai que deixa o filho assistir.

F: Só pode ser em inglês.

A compreensão dos sentidos nesse trecho demanda uma análise do contexto de enunciação, que se inicia pela consideração do conhecimento partilhado entre os interlocutores, passa pela observação da função de cada um dos sujeitos e desemboca na constatação da força das crenças para a localização dos limites interpretativos.

Como participante do diálogo, este pesquisador tem como estabelecer os parâmetros contextuais relevantes. Inicialmente, é importante saber que um tema comum na relação entre o pai e o filho é a definição dos limites quanto aos filmes a que a criança pode assistir. Aficionado por super-heróis, o garoto é ávido por assistir a todos os filmes de ação e aventura em que os superpoderosos apareçam. O filme *Batman – cavaleiro das trevas* é um deles.

Contudo, os pais do garoto determinaram que, na idade em que se encontra, ele não pode assistir a todos os filmes. Ficam proibidos os muito violentos, entre os quais se inclui o referido filme do Batman. A informação que inicia o trecho, portanto, revela a quebra das expectativas do garoto, já que um colega da mesma idade tem acesso a um DVD com o mesmo título.

O pai sabe que a fala do garoto tem esse tom de “surpresa” (e questionamento do *status quo*), e sua resposta, dizendo que deve ser o jogo (para videogame) procura sugerir que, se o DVD não for do filme, não tem tanto problema – isso remete ao conhecimento partilhado entre os dois de que, muitas vezes, o jogo eletrônico inspirado num filme não chega a ser tão violento.

Mas a criança confirma que se trata do filme. O pai, então, precisa confirmar sua conduta já estabelecida, mas, ao mesmo tempo, não pode dizer que a atitude dos pais do colega está errada. Ao final, a resposta da criança é a hipótese que garantiria a lógica do fato: aceitando que um filme violento não deve ser visto por uma criança, o garoto sugere uma explicação – o filme é vazado em inglês – que indica que o colega não pode compreender o que se passa no filme. Com isso, ele mostra conformidade (ou conformismo) com a crença estabelecida no seio familiar.

A explicitação das “premissas” é necessária para a compreensão do processo de atribuição dos sentidos, que implica saber como a fala dos participantes é orientada para significar aquilo que intencionam exprimir. O “manejo” do texto, considerando todos os fatores contextuais já mencionados, mostra o caráter altamente participativo dos sujeitos na construção dos sentidos. Esse é o mote maior da Pragmática linguística, e a simples análise empreendida depõe a favor da relevância e pertinência de tal paradigma.

Como tratar o exemplo (4) à luz da Semiótica pragmática? Em que reside, no exemplo, a percepção de um conceito em um contexto de uso que indique sua utilidade? Como tratar ocorrências desse tipo a partir de uma perspectiva experimental? Para nós, isso é contraprodutivo. E a saída, para os semioticistas peircianos, é dizer que esse tipo de conversação ordinária não é elemento central na proposta, pois o pragmatismo se propõe,

“simplesmente, a estabelecer um método de determinação dos significados dos conceitos intelectuais, isto é, daqueles a partir dos quais podem resultar raciocínios” (PEIRCE, 1995, p. 198).

Se o escopo da teoria peirciana é “simplesmente” esse, então tanto Peirce quanto seus seguidores deveriam enfatizar, mais do que já fazem, a restrição ao estudo dos sentidos que está na base da proposta. Isso implicaria o reconhecimento de que a teoria, embora de extrema lógica interna, tem um limite que, a nosso ver, reduz bastante sua capacidade de explicar a contento aquilo a que se propõe.

Não estamos dizendo que não haja uma dimensão objetiva do signo, nem que isso não seja relevante, em alguma etapa do processo, para a interpretação. Apontamos, apenas, que, quando se trata de responder à pergunta “Como a multiplicidade e diversidade infinitas do universo sensível são convertidas em realidades inteligidas?” (SANTAELLA, 2005, p. 14-15), a percepção das “características internas” dos elementos que utilizamos para estabelecer a mediação não parece ser suficiente.

Admitimos que, talvez, uma parte do processo de compreensão implique identificar a natureza mais icônica, mais indicial ou mais simbólica de um dado objeto. Também poderá ser importante reconhecer como tais características se manifestam em cada semiose (sonora, visual e verbal) e como se manifestam em textos multissemióticos. De tudo isso, certamente surgem interpretações e significações relevantes. Contudo, isso é apenas uma parte da construção dos sentidos, e, mesmo quando se considera a faceta simbólica do signo (atrelada, como vimos, ao aspecto cultural), o que resulta de tal postura teórica é uma ênfase na identificação da natureza semiótica do signo. O que se vê, nesse panorama, é uma grande preocupação com a identificação do objeto e de sua natureza “inicial”, ou seja, em seu “ponto de partida”, como uma coisa que se encontra em um dado contexto utilitário.

Não se leva em conta que esses signos fazem parte, sempre, de textos, e por isso passam, inerentemente, por um processo dinâmico de configuração. Essa dinamicidade é, para os adeptos da pragmática, ponto central, e se garante, exatamente, pela consideração do que vai além do que as linguagens têm de “características internas”. Buscar sentidos, portanto, implica considerar a linguagem de acordo com o que sugere Salomão (1999, p. 64): “operadora da conceptualização *socialmente localizada* através da atuação de um sujeito cognitivo, em situação comunicativa real, que produz significados como construções mentais, *a serem sancionadas no fluxo interativo*” (grifos nossos). Ao mencionar a relevância do fluxo interativo como elemento validador dos sentidos propostos, a autora enfatiza que os objetos do texto estão sujeitos a um tratamento dinâmico, que depende tanto das chamadas características extralinguísticas quanto do próprio “desenrolar” do texto.

Os signos no texto, portanto, passam por uma “multissignificação”, decorrente da capacidade de ganhar “traços interpretativos” que vão além dos traços mais propriamente lógicos da proposta peirciana. Essa multiplicidade de significação não é, apenas, a possibilidade de diferentes sujeitos produzirem sentidos diferentes. Mais que isso, estamos falando aqui da natureza intrínseca de um objeto textualmente acionado: ele passa por transformações e acréscimos que devem ser percebidos pelos sujeitos, pois, do contrário, não se pode dizer que há compreensão. É essa perspectiva – a da interação, que garante a plena manifestação do caráter multiplamente significativo dos signos – que dá conta, mais apropriadamente, da dimensão pragmática das linguagens.

De fato, trata-se, como diz Santaella, de buscar o que é constitutivo das linguagens, mas essa busca não deve ser direcionada exclusivamente aos produtos, mas, sim, aos processos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em seu compêndio sobre a Pragmática linguística, Levinson (1983), no primeiro capítulo, traça algumas prováveis definições sobre esse campo de estudos para considerar os pontos fortes e fracos de cada uma. Uma delas diz que a “Pragmática é o estudo de todos aqueles aspectos do significado não capturados em uma teoria semântica”³ (1983, p. 12). Em seu comentário sobre essa definição, o autor diz que, para alguns, pode parecer estranho falar em “significado não capturado em uma teoria semântica”, já que a Semântica é, por excelência, a teoria do significado. Isso se desfaz na medida em que se percebe a “propaganda negativa”: na verdade, a semântica trata de um certo escopo do significado, deixando de lado tantos outros, de modo que “há áreas substanciais [sobre a natureza do significado] que não podem ser acomodadas dentro de *nenhuma* teoria semântica singular construída em princípios homogêneos”⁴ (LEVINSON, 1983, p. 13, grifo do autor).

A mesma ressalva pode ser feita com relação à Semiótica periana. A proposta, ainda que não explicita isto suficientemente, cuida de tratar da produção e compreensão dos sentidos dentro de um dado limite. Sem dúvida, a formulação de Peirce sobre as três instâncias dos fenômenos, dos objetos e dos processos de representação é uma ferramenta poderosa sobre a explicação das bases em que se sustenta o processo cognitivo. Contudo, separar essa dimensão da ação construtiva dos sujeitos é, a nosso ver, retirar a essência pragmática da proposta.

O alerta é necessário na medida em que a Linguística, no que se refere às perspectivas alimentadas pela Pragmática, vem dando especial interesse aos textos multimodais. Talvez os próximos anos vejam uma tendência para a confluência entre Linguística e Semiótica, e certamente o epíteto “pragmatismo”, característico da proposta periana, será bastante sedutor. Contudo, para o momento, julgamos que os linguistas do uso proporão análises mais consistentes sobre a multimodalidade se construírem métodos e categorias de análise mais afeitos ao fazer teórico já sedimentado na disciplina.

Referências

LEVINSON, Stephen C. “The scope of pragmatics”. In: LEVINSON, Stephen C. *Pragmatics*. Cambridge, Nova York e Melbourne: Cambridge University Press, 1983, p. 1-53.

MARTINS, Helena. “Três caminhos na Filosofia da Linguagem”. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (Org.). *Introdução à Linguística*. v. 3: fundamentos epistemológicos. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2005, p. 439-473.

PEIRCE, Charles Sanders. *Semiótica*. 2. ed. Tradução José Teixeira Coelho Neto. São Paulo: Perspectiva, 1995.

PINTO, Joana Plaza. “Pragmática”. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (Org.). *Introdução à Linguística: domínios e fronteiras*. v. 2. São Paulo: Cortez, 2001, p. 47-68.

SALOMÃO, Maria M. M. A questão da construção do sentido e a revisão da agenda dos estudos da linguagem. *Veredas: Revista de Estudos Linguísticos*. Juiz de Fora, v. 3, n. 1, p.

³ Tradução livre para “Pragmatics is the study of all those aspects of meaning not captured in a semantic theory”.

⁴ Tradução livre para “there are substantial areas that could not be accommodated within *any* single semantic theory built on homogeneous principles”.

61-79, 1999.

SANTAELLA, Lucia. *Matrizes da linguagem e pensamento: sonora visual verbal*. 3. ed. São Paulo: Iluminuras/Fapesp, 2005.

SANTAELLA, L.; NÖTH, Winfried. *Imagem: cognição, semiótica, mídia*. São Paulo: Iluminuras, 2008.

Débora Liberato Arruda Hissa
debarruda@gmail.com

Valdinar Custódio Filho
valdinarcustodio@gmail.com

Recebido em: 26 fev. 2019
Aceito em: 25. Abril. 2019
Publicado em: Junho de 2019